

## PETIÇÃO 10.373 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**REQTE.(S)** : SOB SIGILO  
**ADV.(A/S)** : SOB SIGILO  
**REQDO.(A/S)** : SOB SIGILO  
**ADV.(A/S)** : SOB SIGILO

### DECISÃO

Trata-se de Petição instaurada a partir de decisão proferida nos autos da AP 1.044/DF, de minha relatoria, por meio da qual decretei a indisponibilidade dos bens móveis e imóveis do réu, DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, com o objetivo de garantir o pagamento das multas processuais aplicadas naqueles autos em decorrência das diversas violações às medidas cautelares impostas.

Antes do julgamento da Ação Penal, em decisão de 8/11/2021, substituí a prisão de DANIEL SILVEIRA pelas seguintes medidas cautelares:

(1) Proibição de ter qualquer forma de acesso ou contato com os demais investigados nos Inquéritos 4.781/DF e 4.874/DF, salvo os parlamentares federais;

(2) Proibição de frequentar toda e qualquer rede social, instrumento utilizado para a prática reiterada das infrações penais imputadas ao réu pelo Ministério Público em nome próprio ou ainda por intermédio de sua assessoria de imprensa ou de comunicação e de qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que fale ou se expresse e se comunique (mesmo com o uso de símbolos, sinais e fotografias) em seu nome, direta ou indiretamente, de modo a dar a entender esteja falando em seu nome ou com o seu conhecimento, mesmo tácito.

Em decisão de 14/11/2021, determinei a imposição de nova medida cautelar, em caráter cumulativo com as estabelecidas na decisão de 8/11/2021, consistente na proibição de conceder qualquer espécie de entrevista, independentemente de seu meio de veiculação, salvo mediante

expressa autorização judicial.

Já em decisão de 25/3/2022, considerando a inadequação das medidas cautelares anteriormente impostas em cessar o *periculum libertatis* do réu, diante de diversas violações, por meio de repetidas entrevistas nas redes sociais, onde repetiu o mesmo *modus operandi* das condutas ilícitas pelas quais foi denunciado, e encontro com os investigados nos inquéritos mencionados, a pedido da Procuradoria Geral da República, determinei a imposição de novas medidas cautelares, em caráter cumulativo com as estabelecidas nas decisões de 8/11/2021 e 14/11/2021, nos seguintes termos:

(1) USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DO ART. 319, IX, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL; não havendo necessidade de oficiar à Câmara dos Deputados, pois não impede o exercício do mandato, conforme já decidido por esta CORTE (HC 191.729, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 14/10/2020).

A zona de inclusão deverá ser restrita ao município onde o parlamentar mantém residência (Petrópolis/RJ), ficando autorizado o seu deslocamento ao Distrito Federal, para os fins do exercício do mandato parlamentar,

Eventual necessidade pontual de alteração da zona de inclusão deverá ser requerida ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com as justificativas pertinentes.

A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP/RJ) deverá fornecer informações semanais, por parte da central de monitoramento, mediante relatório circunstanciado, de todos os dados pertinentes à referida monitoração;

(2) proibição de ausentar-se da Comarca em que reside, salvo para Brasília/DF, com a finalidade de assegurar o pleno exercício do mandato parlamentar;

(3) proibição de participar de qualquer evento público em todo o território nacional;

**Na ocasião, consignei que a reiteração do descumprimento injustificado de quaisquer dessas medidas acarretaria, natural e imediatamente, o restabelecimento da ordem de prisão (art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal).**

Diante da negativa do réu DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA em se submeter à afixação do equipamento de monitoramento eletrônico, utilizando-se das dependências do Congresso Nacional para descumprir decisão judicial, determinei, em 30/3/2022, nos termos do art. 282, §§ 4º e 6º c/c art. 319, VI, do Código de Processo Penal, outras medidas:

**(1) fixação de multa diária de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso da continuidade de descumprimento de qualquer das medidas cautelares determinadas;**

(2) acolhimento de requerimento da Procuradoria Geral da República para ampliar a zona de inclusão da medida de monitoramento eletrônico, atingindo todo o Estado do Rio de Janeiro, local onde o mesmo exerce seu mandato parlamentar, autorizado seu deslocamento ao Distrito Federal, para os mesmos fins; e

(3) instauração de inquérito policial, a ser distribuído por prevenção à presente ação penal, para apuração do crime do art. 359 do Código Penal (*Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito*).

O Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, por maioria, referendou as medidas impostas, em sessão virtual realizada em 1º/4/2022, nos termos da seguinte ementa:

**Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. VIOLAÇÃO ÀS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA, COM DESCONTO DIRETO NOS VENCIMENTOS E BLOQUEIO IMEDIATO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO RÉU COMO GARANTIA DE CUMPRIMENTO DA MEDIDA. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DA CASA LEGISLATIVA POR AUSÊNCIA**

DE INTERFERÊNCIA DIRETA OU INDIRETA NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR (ADI 5.526). DECISÃO REFERENDADA.

1. As medidas cautelares fixadas têm expreso fundamento no decidido por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento da ADI 5.526/DF, onde se assentou ter o Poder Judiciário competência para impor, por autoridade própria, as medidas cautelares a que se refere o art. 319 do Código de Processo Penal e que, somente se encaminhará à Casa Legislativa a que pertencer o parlamentar, para os fins a que se refere o art. 53, § 2º, da Constituição, a decisão cuja execução impossibilitar, direta ou indiretamente, o exercício regular de mandato parlamentar.

2. Desnecessidade de se oficiar à Casa Legislativa, nos termos do art. 53, §2º da Constituição Federal, pois as medidas cautelares impostas não impossibilitam, direta ou indiretamente, o pleno e regular exercício do mandato parlamentar, inclusive o monitoramento eletrônico, que não impede o exercício do mandato, conforme já decidido por esta CORTE (HC 191.729, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 14/10/2020).

3. A jurisprudência desta SUPREMA CORTE é pacífica no sentido da possibilidade de adoção de medidas cautelares nas dependências dos gabinetes dos parlamentares no Congresso Nacional, sem que isso represente violação ao princípio da separação dos três poderes (AC 4.005-AgR/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI; AC 4.070/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI; AC 4.297/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN; AC 4.326/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN; AC 4.388/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN; AC 4.392/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN; Inq 4.112/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN; Pet 7.159/DF, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES; Pet 8.261/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO; Rcl 25.537/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN).

4. Fixação de multa diária de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de descumprimento de qualquer das medidas cautelares determinadas (art. 3º do Código de Processo Penal e

dos arts. 77, IV e 139, IV, ambos do Código de Processo Civil) e bloqueio imediato de todas as contas bancárias do réu, como garantia do cumprimento da multa diária.

5. Ampliação da zona de inclusão do monitoramento eletrônico, que deverá ser restrita ao Estado do Rio de Janeiro, onde o réu exerce seu mandato parlamentar, ficando autorizado o seu deslocamento ao Distrito Federal, para os fins do pleno exercício do mandato parlamentar.

6. Determinação de instauração de inquérito, a ser distribuído por prevenção à presente ação penal, para apuração do crime do art. 359 do Código Penal (“Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito”).

7. Decisão monocrática referendada.

(AP 1044 Ref, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 4/4/2022, DJe de 21/6/2022)

É o breve relato. DECIDO.

## **I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Inicialmente, cumpre destacar que, na referida Ação Penal, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL julgou parcialmente procedente a acusação com a condenação do réu como incurso nas penas do art. 18 da Lei 7.170/83 e art. 344 do Código Penal a 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 35 (trinta e cinco) dias-multa, o valor do dia-multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos, considerado o patamar vigente à época do fato, tudo nos termos da seguinte ementa:

Ementa: AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DEPUTADO FEDERAL. NÃO INCIDÊNCIA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU DE IMUNIDADE PARLAMENTAR (ART. 53, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) NAS HIPÓTESES DE PROPAGAÇÃO DE DISCURSOS DE ÓDIO, IDÉIAS CONTRÁRIAS À ORDEM CONSTITUCIONAL E AO ESTADO

DE DIREITO. INEXISTÊNCIA DE ABOLITIO CRIMINIS. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITIVAS. CONDENAÇÃO PELOS DELITOS PREVISTOS NO ART. 18 DA LEI 7.170/83 (ULTRATIVIDADE BENÉFICA) – CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA COM O ART. 359-L DO CÓDIGO PENAL – E ART. 344 DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINARES AFASTADAS. AÇÃO PENAL JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS ENQUANTO DURAREM OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ART. 15, III, DA CF/88). PERDA DO MANDATO PARLAMENTAR (ART. 55, VI E § 2º, DA CF/88 E ART. 92 DO CÓDIGO PENAL).

1. Absoluta impertinência das diligências requeridas, bem como a ausência de impugnação específica do Agravo Regimental apresentado contra a decisão que as indeferiu. Indeferimento de questão prejudicial de mérito apresentada pela defesa e, conseqüentemente, pela PERDA DE OBJETO do agravo regimental.

2. Indeferimento de questão preliminar sobre a não proposição do acordo de não persecução penal. Discricionariedade mitigada da Procuradoria-Geral da República. Matéria anteriormente analisada pela CORTE no momento do recebimento da denúncia. Preclusão.

3. Inexistência do exercício do direito à liberdade de expressão e não incidência da imunidade parlamentar prevista no art. 53, caput, da Constituição Federal. Matérias anteriormente analisadas pela CORTE no momento do recebimento da denúncia. Preclusão.

4. A liberdade de expressão não permite a propagação de discursos de ódio e ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado de Direito. Precedentes.

5. A garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta, não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades

ilícitas. Precedentes.

6. Inexistência de abolitio criminis das figuras típicas previstas na Lei 7.170/83, pois a evolução legislativa produzida pelo Congresso Nacional em defesa da Democracia, do Estado de Direito e de suas Instituições efetuou o fenômeno jurídico conhecido como “continuidade normativo-típica”, estabelecendo na nova lei as elementares dos tipos penais utilizados pelo Ministério Público no momento do oferecimento da denúncia; mantendo, dessa forma, as condutas descritas no campo da ilicitude penal.

7. TIPICIDADE E CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA. Inexistente alteração substancial na descrição da conduta anteriormente narrada pelo novo tipo penal, que mantém a estrita correlação com as elementares anteriormente previstas pela lei revogada entre os crimes previstos: (a) nos antigos arts. 18 e 23, IV, da Lei 7.170/83 e no atual art. 359-L do Código Penal; e (b) no antigo art. 23, II, da Lei 7.170/83 e no delito previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

8. “Incitar a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis” (art. 23, II, da Lei 7.170/83). Continuidade normativo-típica para o atual art. 286, parágrafo único, do Código Penal, em face da Lei 14.197/2021. RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA, em virtude do preceito secundário (pena). ABSOLVIÇÃO do réu DANIEL SILVEIRA da prática do crime previsto no art. 286, parágrafo único do Código Penal.

9. “Incitar a prática do crime de tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados”. Art. 23, IV, combinado com o art. 18, ambos da Lei 7.170/83. Autoria e materialidade comprovadas. Continuidade normativo-típica para o atual art. 359-L do Código Penal, em face da Lei 14.197/2021. IRRETROATIVIDADE IN PEJUS. Ultratividade da lei anterior no tocante ao preceito secundário do tipo penal (sanção). CONDENAÇÃO do réu DANIEL SILVEIRA nas penas do art. 18 da LSN, por duas vezes, em face do previsto no art.

5º, XL, da Constituição Federal, na forma do art. 71 do Código Penal.

10. Coação no curso do processo. Crime contra a Administração Pública (Título XI). Autoria e materialidade comprovadas. CONDENAÇÃO do réu DANIEL SILVEIRA nas penas do art. 344 do Código Penal, por três vezes, na forma do art. 71 do Código Penal.

11. AÇÃO PENAL PARCIALMENTE PROCEDENTE, com a condenação do réu como incurso nas penas do art. 18 da Lei 7.170/83 e art. 344 do Código Penal.

12. As circunstâncias judiciais – culpabilidade, conduta social, circunstâncias do crime e motivos para a prática delituosa – previstas no art. 59 do Código Penal são desfavoráveis ao réu, justificando o estabelecimento da pena acima do mínimo legal. Precedentes.

13. Fixação de pena privativa de liberdade em 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 35 (trinta e cinco) dias-multa, o valor do dia-multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos, considerado o patamar vigente à época do fato, que deve ser atualizado até a data do efetivo pagamento (arts. 49, §§ 1º e 2º; e 60, caput, do CP), por força da acentuada culpabilidade do réu, da conduta social do réu, das circunstâncias em que cometidos os crimes e dos motivos para a prática delituosa.

14. Suspensão dos direitos políticos do condenado, enquanto durarem os efeitos da condenação, nos termos do art. 15, III da Constituição Federal. Perda do mandato parlamentar, em relação ao réu, nos termos do artigo 55, III, VI e VI, combinado com o § 3º, da Constituição Federal e art. 92 do Código Penal.

(AP 1044, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2022, DJe de 23/6/2022)

No dia 21/4/2022, um dia após o julgamento do mérito da Ação Penal pelo Plenário desta SUPREMA CORTE, o então Presidente da República editou indulto individual em benefício do réu DANIEL LÚCIO DA



SILVEIRA SILVEIRA.

Conforme já tive oportunidade de me manifestar, em que pese existir petição juntada aos autos da AP 1.044/DF requerendo a declaração de inconstitucionalidade do Decreto de Indulto presidencial (eDoc. 898), esse tema será analisado em sede própria (ADPFs 964, 965, 966 e 967, Rel. Min. ROSA WEBER), pois, conforme definido por esta SUPREMA CORTE, no julgamento da ADI 5.874, apesar de o indulto ser ato discricionário e privativo do Chefe do Poder Executivo, a quem compete definir os requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade, não constitui ato imune ao absoluto respeito à Constituição Federal e é, excepcionalmente, passível de controle jurisdicional, pois o Poder Judiciário tem o dever de analisar se as normas contidas no Decreto de Indulto, no exercício do caráter discricionário do Presidente da República, estão vinculadas ao império constitucional; como bem destacado na EMENTA do referido julgamento:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. INDULTO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (CF, ART. 84, XII) PARA DEFINIR SUA CONCESSÃO A PARTIR DE REQUISITOS E CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. PODER JUDICIÁRIO APTO PARA ANALISAR A CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO, SEM ADENTRAR NO MÉRITO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. 1. A Constituição Federal, visando, principalmente, a evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais. 2. Compete ao Presidente da República definir a concessão ou não do indulto, bem como seus requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade. 3. A concessão de indulto não

está vinculada à política criminal estabelecida pelo legislativo, tampouco adstrita à jurisprudência formada pela aplicação da legislação penal, muito menos ao prévio parecer consultivo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sob pena de total esvaziamento do instituto, que configura tradicional mecanismo de freios e contrapesos na tripartição de poderes. **4. Possibilidade de o Poder Judiciário analisar somente a constitucionalidade da concessão da *clementia principis*, e não o mérito, que deve ser entendido como juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República, que poderá, entre as hipóteses legais e moralmente admissíveis, escolher aquela que entender como a melhor para o interesse público no âmbito da Justiça Criminal.** 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente” (ADI 5874, Rel. ROBERTO BARROSO, Red. p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 5/11/2020).

Nos autos da ADPF 964, a eminente Ministra Relatora, ROSA WEBER, em 25/4/2022, despachou no seguinte sentido:

“10. Reputo contemplar, a matéria, relevância e especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, pelo que submeto, por analogia, a tramitação desta ADPF ao disposto no art. 12 da Lei 9.868/1999.

11. Requistem-se informações ao Presidente da República, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de 05 (cinco) dias.

12. Por fim, considerando que as ADPF's 965/DF, 966/DF e 967/DF, a mim distribuídas por prevenção, possuem idêntico objeto ao desta arguição de descumprimento de preceito fundamental, determino a tramitação conjunta dos feitos.

À Secretaria Judiciária.

Publique-se.”

**Em decisão anterior, reafirmei o posicionamento dessa CORTE**

**SUPREMA, nos termos dos arts. 738 do Código de Processo Penal e 192 da Lei de Execuções Penais, da necessidade de se aguardar o julgamento da constitucionalidade do decreto presidencial na citada ADPF 964 para análise de eventual extinção de punibilidade, bem como pela manutenção dos efeitos secundários da condenação.**

**Dessa maneira, enquanto não houver essa análise e a decretação da extinção de punibilidade pelo Poder Judiciário a presente ação penal prosseguirá normalmente, inclusive no tocante à observância das medidas cautelares impostas ao réu DANIEL SILVEIRA e devidamente referendadas pelo Plenário dessa SUPREMA CORTE.**

## **II – DO RESTABELECIMENTO DA PRISÃO – REITERADO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 282, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)**

Nos termos do art. 282, 4º, do Código de Processo Penal, no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 do mesmo diploma legal.

O caso de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA se amolda perfeitamente à referida hipótese legal, pois o que se verifica é o completo desrespeito e deboche do réu condenado com as decisões judiciais emanadas desta SUPREMA CORTE, inclusive em relação às medidas cautelares referendadas pelo Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**Efetivamente, desde a decisão que fixou multa diária de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso da continuidade de descumprimento de qualquer das medidas cautelares determinadas, DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA violou os termos das medidas cautelares impostas centenas de ocasiões distintas, conforme detalhado**

**nas decisões proferidas na AP 1.044/DF e nestes autos em 3/5/2022, 18/5/2022, 18/6/2022, 27/6/2022 e 15/12/2022, totalizando o valor da multa processual, até o dia 15/12/2022, em R\$ 4.380,000,00 (quatro milhões e trezentos e oitenta mil reais).**

Nesse período, DANIEL LÚCIO SILVEIRA danificou o equipamento de monitoração eletrônica que estava sob sua responsabilidade, além de reiterar os ataques comumente proferidos contra o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e, no período eleitoral, contra o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, colocando em dúvida o sistema eletrônico de votação auditado por diversas organizações nacionais e internacionais, em diversas entrevistas fornecidas aos veículos de comunicação:

**1. 23/5/2022 (<https://www.youtube.com/watch?v=p3BWdQ06mSk>)**

“Concordo sim com o Presidente. Nós queremos transparências nas Eleições, transparência. E venha: ‘ah, mas você foi eleito por essa urna’. Sim, mas mesmo assim, eu quero saber como é a votação, eu quero saber, eu quero poder saber onde o meu dinheiro é aplicado, pra onde vão os bilhões de investimentos em sistema de votação, então, pode ser conturbado sim”.

**2. 16/8/2022 (<https://www.youtube.com/watch?v=m3XBdER8EYY>):**

“Assim, pra ser muito sincero, dentro de algumas pessoas que nós temos ali, de contatos que acabam trabalhando dentro do Poder Judiciário, nós temos vários contatos (...) eles falaram que o ALEXANDRE já conversou três vezes com o Desembargador do TRE hoje, ou seja, o Ministro dando ordens ali.

(...)

Olha o absurdo que nós temos que ter, um filtro pra falar do sistema eleitoral brasileiro e esse filtro eu não tenho (...) Hoje existe sim uma dificuldade gigantesca porque você não tem uma única coisa que, aí falando

juridicamente, a contagem pública dos votos. Esse é o maior perigo que nós temos no sistema eleitoral. Independente, se nós tivermos a urna eletrônica ok, que seja de terceira geração com a impressão do voto e também essa contagem, isso é o mais importante, o princípio da publicidade (...) eu não confio, eu não sei pra onde foi meu voto.

(...)

Até hoje, tá bloqueada, tá censurada, mesmo já com a determinação aí da PGR para que seja desbloqueado e e nós já vivemos em um Estado que a gente fala que é stalinista, porque a censura ela não existe, é vedada. Ou seja, ela é vedada constitucionalmente (art. 220 da Constituição). Então nós vemos que realmente não está respeitada. Ou seja, a rede automaticamente me bloqueia. Eu criei um perfil antes de ontem, só para testar, menos de 5 minutos ele foi bloqueado automaticamente. Eu 'printei', inclusive, a minha mulher postou e tudo mais...

(...)

Tô sem rede, mas eu abri um novo hoje, acabei de abrir pra fazer o teste. Botei @danielsilveirasenador142”.

(...)

**Me arrependo [de ter ido]. Se eu soubesse que a Câmara não fosse revogar, eu não iria [ser preso]. Aqui eu falo pela integridade das minhas filhas, sairia eu, se necessário fosse, mais uns três comigo num saco preto, sem problema algum. Eu não tenho óbice nenhum em falar isso.**

(...)

Se fosse eu o Delegado, eu ia oficiar o Ministro: a ordem está ilegal (...) Eu descumpriria, eu não cumpriria ordem.

(...)

Eles agem de uma forma tão vil, mas é tão baixa, que eles se pautaram que um HC de um Vereador pode colocar medida restritiva, contudo nós estamos falando de

um parlamentar federal (...) a parlamentares federais não se aplica, em hipótese alguma, a prisão preventiva e tem que passar pela anuência da Casa a restritiva (...) É um absurdo”

(...).

3. 26/9/2022 (<https://www.youtube.com/watch?v=UHbSOT90wcc>)

“O STF é malandrinho, cheio de malandrinhos ali (...).

O Presidente perdoou pena privativa de liberdade, restritiva de direito, multa e eles vieram colocando: ‘bota tornozeleira’. Aí eu fui e falei: ‘não uso porque a ordem tá ilegal’ e banqueei. Ficaram nervosos com isso, então vamos inventar uma multa que não existe na persecução penal.

(...)”.

DANIEL SILVEIRA concedeu, ainda, outras três entrevistas do mesmo teor: (a) 17/8/2022 (<https://www.youtube.com/watch?v=FS7hIVn5K94>); (b) 23/8/2022 (<https://diariodorio.com/o-diario-do-rio-entrevista-o-polemico-e-rebelde-daniel-silveira-nesta-terca-feira-as-20h/>); (c); e (d) 27/10/2022 (<https://www.youtube.com/watch?v=kPzWnE8Zf1s>).

Quanto ao mesmo ponto, em reunião da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado Federal, DANIEL SILVEIRA, em 30/11/2023, insistiu nos ataques ao sistema eleitoral, de maneira ainda mais contundente, divulgando narrativas fraudulentas já reiteradamente afastadas (<https://www.youtube.com/watch?v=6fKlEvrnj3U&t=7s>), nos seguintes termos:

**“Esse Senado deveria atuar de forma a ‘impechar’ o Ministro ALEXANDRE DE MORAES (...) O Ministro ALEXANDRE DE MORAES tem incorrido corriqueiramente no crime de tortura (...) O crime de tortura também se configura na atuação psicológica, mental, não é? Isso está muito claro.**

(...)

Está há 4 anos o inquerito. Inclusive dois Senadores hoje, que agora são situação por esse governo que não foi eleito, foi escolhido (...).

“A CÁRMEN LÚCIA votou pela censura dizendo inclusive que, se for censura e nós entendermos assim, aí então aplicamos a Constituição. Ou seja, a Constituição é secundária.

Enquanto fiquei preso, tive que me defender de dentro de um presídio na Comissão de Ética com 11 processos no mesmo sentido, quer dizer, nem *bis in idem* essas canalhas conhecem, covardes”

Quanto eu estava no presídio, que o ALEXANDRE mandou um Procuradorzinho de porcaria lá me ameaçar dizendo que minha família poderia sofrer retaliação, eu disse: ‘capricha mais, cara, que eu sou PM no Rio, não dá pra me ameaçar nesse sentido. Isso não é nada pra mim’.

[me disseram] Ah, me dá seu celular com sua senha e conversa com o Presidente da República, que nós te soltamos amanhã...

Tenho três celulares apreendidos lá.

(...).

Eu estou disposto a morrer e matar pelo meu país.

O ALEXANDRE DE MORAES ele pode se preso em flagrante pelo crime de tortura.

(...)

O caso do ROBERTO JEFFERSON, em especial, ele estava preso há dois anos, sob tortura psicológica (...) se ele mata alguém,,, claro, ele incorreu em um crime, mas ele não incorreu porque queria, ele foi forçado a isso. É uma reação forçada, uma reação provocada, enquanto ALEXANDRE debocha na cara do brasileiro, fazendo uma ditadura da toga”.

(...)

Se o Senado não fizer nada com esse canalha, esse cafajeste, e frouxo. É frouxo e covarde. (...) Esse cara que sabe tanto, não sabe nada. E não respeita a lei, não respeita o povo.

**Então, a minha visão aqui é que tem que prendê-lo em flagrante pelo crime de tortura, ou ‘impechá-lo’ primeiro e prendê-lo depois”.**

Como se vê, nem mesmo o elevado valor das multas acumuladas em seu desfavor foi suficiente para cessar o *periculum libertatis* do réu condenado, não se notando, do contexto fático-probatório, qualquer efeito intimidatório da medida cautelar pecuniária referendada pelo Plenário desta SUPREMA CORTE.

Repita-se, o réu DANIEL SILVEIRA afirmou, entre outras agressões e ameaças, que **“Me arrependo [de ter ido]. Se eu soubesse que a Câmara não fosse revogar, eu não iria [ser preso]. Aqui eu falo pela integridade das minhas filhas, sairia eu, se necessário fosse, mais uns três comigo num saco preto, sem problema algum. Eu não tenho óbice nenhum em falar isso”.**

De maneira ainda mais grave, DANIEL SILVEIRA, valendo-se do cargo então por ele exercido de Deputado Federal, utilizou-se da tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados para declarar, publicamente, que não cumpriria decisão judicial referendada pelo Plenário deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos seguintes termos (<https://www.camara.leg.br/noticias/862198-daniel-silveira-contesta-decisao-de-alexandre-de-moraes-e-recebe-apoio-de-aliados>):

**“Aqui eu falo em tribuna: não será acatada a ordem do ALEXANDRE DE MORAES enquanto não for deliberada pela Casa. Quem decide isso são os deputados”.**

Além disso, também na tribuna do Câmara dos Deputados, o então Deputado Federal repetiu ataques ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e ao TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, em declarações que defendem o fechamento dos referidos Tribunais ([https://www.youtube.com/watch?v=Epk\\_1RNRD3k](https://www.youtube.com/watch?v=Epk_1RNRD3k)), conforme se depreende do seguinte teor:



“Talvez até o Presidente ARTHUR LIRA não tenha percebido esse equívoco muito grave contra o Legislativo, em não ter pautado a sustação da Ação Penal 1.044 (...) que pararia um processo que nasce de forma irregular, inconstitucional, nasce de ofício pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e deu continuidade... Aquela época, o Min. DIAS TOFFOLI, então Presidente, ele estabeleceu como a SUPREMA CORTE atuaria contra a Democracia brasileira (...) e o detentor da Ação Penal solicitou o arquivamento desse inquérito duas vezes e foi ignorado pelo Ministro ALEXANDRE DE MORAES, o Ministro que é o reizinho do Brasil. O menininho frustrado que age da maneira dele, fora da Constituição Federal. Tem muita coragem, muita coragem, atrás da mesa com uma caneta e o poder de mando.

Fiquei 11 meses em um presídio. Onze meses, sem crime. Mas acho que eu estava mais livre. Porque o menor presídio do mundo é a toga do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, só cabe um marginal. É muito complicado que se tenha pessoas dessa estirpe dentro do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, atropelando a Constituição, não respeitando o que essa Casa aqui promulgou em 88”.

As condutas do réu, que insiste em desrespeitar as medidas cautelares impostas nestes autos e referendadas pelo Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, revelam o seu completo desprezo pelo Poder Judiciário, comportamento verificado em diversas ocasiões durante o trâmite desta ação penal e que justificaram a fixação de multa diária para assegurar o devido cumprimento das decisões desta CORTE.

No caso em análise, está largamente demonstrada, diante das repetidas violações, a inadequação das medidas cautelares em cessar o *periculum libertatis* do investigado, o que indica a necessidade de restabelecimento da prisão, não sendo vislumbradas, por ora, outras medidas aptas a cumprir sua função.

Importante destacar que a possibilidade de restabelecimento da ordem de prisão foi expressamente consignada na decisão datada de

## PET 10373 / DF

26/6/2022, nos termos de pacífico entendimento SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: HC 169.462, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 28/11/2019, HC 164.581, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Redator do acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 29/11/2019; RHC 146.329 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 19/2/2018; HC 128.853, Relator: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 21/10/2016.

### III – DA BUSCA E APREENSÃO

Há, igualmente, como consequência lógica da necessidade de interrupção da prática criminosa, a reiteração de medidas de busca e apreensão.

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC nº 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

Na espécie estão presentes os requisitos do art. 240 do Código de Processo Penal, para a ordem judicial de busca e apreensão nos endereços residenciais e profissionais do réu, em razão das violações das medidas impostas, com a devida indicação dos locais da busca, limitando-se aos

endereços pertinentes.

#### **IV – DO DISPOSITIVO**

Diante do exposto, em face do reiterado desrespeito às medidas restritivas estabelecidas, **RESTABELEÇO A PRISÃO de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA**, a ser efetivada pela Polícia Federal, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal, devendo ser recolhido, imediatamente, ao estabelecimento prisional.

**Nos termos da Lei 7.210/884 (Lei de Execução Penal), DETERMINO A IMPOSIÇÃO DAS SEGUINTE RESTRIÇÕES AO PRESO:**

(a) Proibição de visitas, salvo de seus advogados regularmente constituídos e com procuração nos autos e de seus familiares, observadas as regras de fiscalização e controle do estabelecimento prisional;

(b) Proibição de conceder quaisquer entrevistas, salvo mediante autorização expressa deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**DETERMINO, POR FIM, A REALIZAÇÃO DAS SEGUINTE MEDIDAS:**

(1) A **BUSCA E APREENSÃO** de armas, munições, computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, passaporte, bem como de quaisquer outros materiais relacionados aos fatos aqui descritos, em poder de:

**DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (CPF 057.009.237-00)**

Endereço: Rua Genésio Belisário de Moura, 323,  
Petrópolis/RJ

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela autoridade policial:

(1.1) Prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos (para o que deve adotar todas as medidas necessárias a verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados), bem assim determinação para que lhe franqueiem acesso, cópias ou apreensão dos registros de controle de ingresso nos endereços relacionados, caso existam.

(1.2) Medidas de busca e apreensão em veículos automotores eventualmente encontrados no endereço e nos armários de garagem, quando as circunstâncias fáticas indicarem que o(a) investigado(a) faz uso de tais veículos, ainda que não estejam registrados em seu nome;

(1.3) acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento em nuvem", ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos.

(1.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados "em nuvem";

(1.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

**(2) A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE BUSCA PESSOAL em desfavor de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, inclusive, para que, caso não se encontrem no local da realização da busca, proceda-se à apreensão de armas,**

munições, objetos e dispositivos eletrônicos de que tenham a posse, bem como a busca em quartos de hotéis, motéis e outras hospedagens temporárias onde os investigados tenham se instalado, caso estejam ausentes de suas residências.

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela autoridade policial:

(2.1) busca pessoal e a apreensão de materiais em veículos automotores, caso o(a) réu esteja em deslocamento;

(2.2) realização de busca pessoal em desfavor de quaisquer pessoas sobre as quais, presentes no recinto no momento do cumprimento da ordem judicial, recaia suspeita de que estejam na posse de armas proibidas, objetos ou papéis que interessem à investigação (art. 240, § 2º, do Código de Processo Penal), bem como para o uso da força estritamente necessária para romper eventual obstáculo à execução dos mandados, inclusive o arrombamento de portas e cofres eventualmente existentes no endereço, caso o réu não esteja no local ou se recuse a abri-los;

(2.3) autorização para o acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento “em nuvem”, ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos;

(2.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados “em nuvem”;

(2.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeça-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

(3) a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL** para que proceda à **SUSPENSÃO IMEDIATA** de quaisquer documentos de porte de arma de fogo em nome de **DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (CPF 057.009.237-00)**, comunicando-se a esta CORTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

(4) a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO GENERAL COMANDANTE DO EXÉRCITO** para que proceda à **SUSPENSÃO IMEDIATA** de quaisquer Certificados de Registro para realizar atividades de colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça em nome de **DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (CPF 057.009.237-00)**, comunicando-se a esta CORTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

(5) o **CANCELAMENTO de todos os passaportes** emitidos pela República Federativa do Brasil em nome de **DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (CPF 057.009.237-00)**, tornando-os sem efeito, mediante envio de cópia desta decisão à Polícia Federal e expedição de ofício ao Ministério das Relações Exteriores, **INCLUSIVE PARA ADOÇÃO DE TODAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA OBSTAR A EMISSÃO DE QUAISQUER OUTROS PASSAPORTES EM NOME DO INVESTIGADO.**

**Cumpra-se, encaminhando-se com urgência à autoridade policial.**

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Brasília, 1º de fevereiro de 2023.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*